

Uma cartografia do Brasil no longo século XIX

DOI: 10.54446/bcg.v15i1.3954

Gustavo Teramatsu¹

Resenha da obra



SARAIVA, Luiz Fernando; NABARRO, Wagner; GOLDFEDER, Pérola (orgs.) *Atlas histórico-econômico do Brasil no século XIX*. Brasília: Senado Federal; Niterói: Eduff, 2024. 156p.

★ ★ ★

Se, segundo Milton Santos (1996 [1978], p. 105), “durante muito tempo se considerou a história e a geografia como uma espécie de irmãs siamesas” — a primeira com sua mirada virada para o tempo e a segunda com o olhar voltado para o espaço, conforme já postulava Kant em seu curso de Geografia Física² —, isso se deve à intrínseca relação entre tempo e espaço, objeto das duas disciplinas e, ao mesmo tempo, preocupação de uma interdisciplinaridade que busca superar o dualismo entre uma e outra.

Esta discussão abre o *Atlas Histórico-Econômico do Brasil no Século XIX*, recentemente indicado ao Prêmio Jabuti Acadêmico em 2025. Os organizadores propõem logo de início um complemento para a máxima de Marc Bloch em *Apologia da História*: “a História é a ciência dos homens, no tempo... e no espaço”. E o que seria, então, a Geografia? Elisée Reclus responderia esta questão com outra máxima: *nada mais do que História no espaço, assim como a História é Geografia no tempo*³.

A epistemologia geográfica avançou na compreensão da unidade entre tempo e espaço. O próprio Milton Santos, para quem a mera reafirmação das relações entre geografia e história seria “o mais *naïf* dos enfoques” (Santos, 2009 [1996], p. 50), propôs uma abordagem das técnicas como maneira de empiricizar o tempo como um esteio de sua teoria sobre o espaço. Seria papel da geografia “pesquisar como o tempo se torna espaço e de como o tempo passado e o tempo presente têm, cada qual, um papel específico no funcionamento do espaço atual” (Santos, 1996 [1978],

1 Geógrafo pela Unicamp (Universidade Estadual de Campinas) e profissional de apoio ao ensino, à pesquisa e à extensão na mesma instituição. E-mail: teramatsu@unicamp.br. ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-7716-0243>.

2 Uma tradução ao português feita por Leonardo Arantes Ventura da Silva foi publicada na revista *GEographia*, v. 9, n. 17 (2007).

3 “Vue de haut, dans ses rapports avec l’Homme, la Géographie n’est autre chose que l’Histoire dans l’espace, de même que l’Histoire est la Géographie dans le temps”, conforme célebre passagem de “L’homme et la terre”.

idem). Essa noção de que o espaço é uma *acumulação desigual de tempos*, combinação de variáveis de tempos diversos, e de que há um *tempo espacial* próprio de cada lugar, e o papel de *inércia dinâmica* das *rugosidades*, instigam a reflexão, na Geografia, sobre o tempo passado para a compreensão do presente.

A metáfora das gêmeas siamesas, portanto, evidencia que a interface entre a Geografia e a História é ampla, de tal modo que seria difícil delimitar com alguma precisão cirúrgica os limites de uma e de outra, e eventualmente impossível separá-las. Igualmente extensas são, no campo da geohistória ou da geografia histórica (tributária de Marc Bloch), as possibilidades de colaborações entre os estudiosos de ambas as disciplinas — saberes “visceralmente xifópagos” — quando se propõem a compreender o “presente de então” — expressões do geógrafo Mauricio de Almeida Abreu (2000).

O *Atlas*, organizado pelo geógrafo Wagner Wendt Nabarro e pelos historiadores Luiz Fernando Saraiva e Pérola Goldfeder⁴, foi um dos livros finalistas na categoria Divulgação Científica⁵, uma das *premiações especiais* desta derivação acadêmica da maior láurea literária do Brasil que chegou à segunda edição. Figurar nesta seleta lista expressa o reconhecimento da importância deste esforço coletivo que teve, mais diretamente, a participação de vinte pesquisadores — a maioria dos quais historiadores e historiadoras, mas também os geógrafos Daniel Huertas, Denis Castilho e Pedro José de Oliveira Machado — para a sistematização de um grande volume de dados compilados de diversas fontes, como recenseamentos e relatórios de governo, para que pudessem ser tratados cartograficamente. Para esta tarefa, Nabarro utilizou o software livre QGIS, georreferenciando os dados sobre os *shapefiles* da *Evolução da Divisão Territorial do Brasil 1872-2010*⁶ publicados pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) e essenciais para qualquer trabalho geográfico retrospectivo em escala nacional.

Deste empenho interdisciplinar resultam 156 páginas com um conjunto de 53 mapas acompanhados por gráficos, tabelas, ilustrações e textos explicativos e organizados em três eixos principais — *População, Produção e Comunicação e Transportes*. Neste sentido, o *Atlas* aguça a “erudição espacial” dos leitores — expressão emprestada do prefaciador Angelo Alves Carrara — uma vez que os mapas participam da construção (e, por certo, também da desconstrução) de imaginários geográficos.

A publicação se envereda pelas transformações do “longo século XIX” (periodização “hobsbawmiana”), o que significa a adoção de um recorte temporal

4 Outra colaboração entre dois dos autores — Goldfeder e Nabarro — está no livro *Em torno do trono: a economia política das comunicações postais no Brasil do século XIX* (Arquivo Nacional, 2022), vencedor do Prêmio Arquivo Nacional de Pesquisa, decorrente da tese da historiadora. Ambos foram contemporâneos na pós-graduação da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo.

5 No Prêmio Jabuti Acadêmico, “Geografia e Geociências” e “História e Arqueologia” compõem categorias próprias.

6 Disponível para download no endereço www.ibge.gov.br/geociencias/organizacao-do-territorio/estrutura-territorial/15771-evolucao-da-divisao-territorial-do-brasil.html

que principia ainda durante o período colonial, em fins dos Setecentos, perpassa todo o Império e penetra cronologicamente a República até as primeiras duas décadas do século XX, com o consequente desafio de cartografar um meio geográfico pretérito, percorrendo múltiplos *embasamentos territoriais*, conforme a leitura do geógrafo Claude Raffestin (1993), que nos lembra que a passagem de uma estrutura de poder para outra pressupõe a substituição de um embasamento territorial por outro.

Estão mapeados os primeiros sistemas de engenharia no território brasileiro — os portos e suas rendas alfandegárias (mapa 18), as estradas de ferro (mapa 28) e as estradas de rodagem (mapa 27), as usinas de eletricidade (mapa 25) e os telégrafos (mapa 31) — e também uma rede de correios já fortemente interiorizada em 1860 (mapa 29), além de inovações como a telegrafia sem fio na Amazônia⁷ (mapa 32) e o surgimento da telefonia no país (mapa 33). De igual modo, foi representada a situação econômica do Brasil no início do século XX (por meio das atividades agrícolas, pecuárias e mineradoras e do extrativismo vegetal e animal, nos mapas 13 a 17) a partir da decupagem do “mapa econômico”⁸ encomendado pelo ministro Pedro de Toledo e executado pelo engenheiro Alvaro José Rodrigues, da Escola Nacional de Belas Artes, e do inventário da indústria nacional realizado em 1920 (mapas 23 e 24).

Foi apenas a partir da virada dos séculos XIX e XX que a cidade de São Paulo, em um período de concentração de capitais associada à economia do café, passou a ocupar uma posição de destaque no cenário nacional, e também se conformou uma densa rede urbana no centro-sul do Brasil que daria origem à Região Concentrada (Santos e Silveira, 2001). Por outro lado, não é possível deixar de pensar em antigas áreas produtivas pujantes que vieram a fenecer, lembrando que “o progresso entre nós é nômade e sujeito a paralisias súbitas”, como escreveu Monteiro Lobato (1919) para as designar as “cidades mortas” do Vale do Paraíba onde “tudo foi, nada é”.

Assim, o reconhecimento dos elementos da formação socioespacial ao longo do século XIX e do início do século XX se torna um ponto de partida para a compreensão das dinâmicas territoriais atuais (e a certeza de que o tempo as transformará no futuro — esta é a lição que a História nos traz). É como acertadamente explica na Apresentação do livro o senador-historiador Randolfe Rodrigues — presidente do Conselho da Editora do Senado, que coeditou o *Atlas* com a Editora da Universidade Federal Fluminense (Eduff): “o espaço enquanto entre o passado e o presente da nossa formação social e do nosso território é essencial para revelar (...) como as regiões Sudeste e Sul adquiriram centralidade no

⁷ O *Atlas* menciona que Joaquim Gonçalves Lalor, que obteve concessões para exploração do telégrafo sem fio no Amazonas e no Pará, “seria representante legal do empresário norte-americano Rupert Murdoch no Brasil” (!). Não se trata, porém, do magnata midiático — Lalor era procurador de um certo cidadão norte-americano chamado Richard Mardock que vivia em Manaus.

⁸ As informações deste mapa, produzido pela Seção Cartográfica da Companhia Litográfica Hartmann-Reichenbach, não se diferem daquelas publicadas em um mapa atribuído à Mission Brésilienne d’Expansion Économique possivelmente em 1908.

desenvolvimento brasileiro e, ainda, com as relações assimétricas com o Norte e o Nordeste foram construídas ao longo dos séculos”.

Entre as diversas inquietações que o *Atlas* suscita, chama a atenção, já nos primeiros mapas da coleção, elaborados com base na *géohistorie* brasileira de Martine Droulers (2001), a “indecisão das fronteiras” (De Biaggi e Droulers, 2000) e do traçado interno do Brasil — alguns dos quais ainda não resolvidos, como o litígio entre Ceará e Piauí envolvendo a região da Serra da Ibiapaba.

No mapa de população elaborado a partir dos dados do recenseamento de 1872 (mapa 3), conforme observou Tarcísio Botelho (2025), que também resenhou o livro, salta aos olhos a existência de um eixo demográfico de relevância relativa ao longo das *Minas Geraes*, cujo centro era Ouro Preto, antiga Vila Rica, acompanhando a Serra do Espinhaço, até a Bahia, como se unisse pelo interior o Recôncavo Baiano e a ex-capital São Salvador ao Rio de Janeiro, centro do poder imperial. Decorrente dos caminhos abertos no século anterior (Straforini, 2007) e dos fluxos migratórios atraídos pelas atividades de mineração, esse foco mais populoso em relação aos demais núcleos povoados do território — o contraste em relação à rarefação populacional ao longo do litoral Sul da Bahia e do Norte do Espírito Santo é notável —, do qual quinze dos vinte municípios brasileiros mais populosos de então faziam parte, foi perdendo importância relativa com o avanço do tempo e por isso não participou preferencialmente das modernizações que se sucederam.

O simples cotejo deste mapa com o mapa subsequente (mapa 4), relativo ao percentual de população escravizada por município, permite concluir que a escravidão estava entranhada em todos os setores habitados do território brasileiro cerca de dezesseis anos antes de sua abolição oficial. A população escravizada correspondia então a cerca de 15% da população total, em frações variáveis que chegavam a quase 60%, em certos lugares. Este quadro é complementado pelo registro cartográfico do tráfico transatlântico de escravos (mapa 12), em suas dinâmicas legais e ilegais, com dados do banco de dados do portal *slavevoyages.org*, e, por outro lado, pelos indícios de uma acumulação capitalista associada ao trabalho escravista.

O *Atlas* também contribui para o conhecimento sobre os povos originários. Apresentada no Censo de 1872 sob a denominação homogeneizante de “caboclos”, a população indígena foi cartografada em seus principais grupos étnicos (mapa 5D).

Apesar da sua inegável importância, a obra reconhece suas próprias limitações, o que demonstra o rigor e a honestidade de seus organizadores, que lamentam a impossibilidade de mapear aspectos sociais, políticos e culturais cruciais, como a existência de quilombos, as revoltas populares e a distribuição de escolas (cabe dizer que no último quartil do século XIX mais de 80% da população brasileira não era alfabetizada) e de outras instituições culturais, o que não deixa de ser um convite para a elaboração de futuras iniciativas semelhantes.

A edição impressa do *Atlas*, totalmente colorida e em ótima qualidade de impressão em papel couché fosco, está sendo vendida por um preço bastante

acessível na Livraria do Senado e na loja virtual da Eduff, onde também é possível fazer o download gratuito do e-book. Essas características certamente permitirão a difusão desta obra cuja leitura, desde já, é imprescindível para estudantes dos cursos superiores de Geografia e História e constitui também uma importante fonte de consulta para professores da educação básica de ambas as disciplinas.

Bibliografia

- ABREU, Mauricio de Almeida. Construindo uma geografia do passado: Rio de Janeiro, cidade portuária, século XVII. *Geousp*, n. 7, 2000.
- BOTELHO, Tarcisio Rodrigues. Retratos de uma nação. *Almanak*, Guarulhos, er00524, 2025. doi.org/10.1590/2236-4633er00524
- DE BIAGGI, Enali Maria; DROULERS, Martine. Cartographie et formation territoriale. *Cahiers des Amériques Latines*, 34, 2000. doi.org/10.4000/cal.6487
- DROULERS, Martine. *Brésil, une géohistorie*. Paris: PUF, 2001.
- LOBATO, Monteiro. *Cidades mortas (contos e impressões)*. São Paulo: Revista do Brasil, 1919.
- RAFFESTIN, Claude. *Por uma geografia do poder*. São Paulo: Ática, 1993.
- SANTOS, Milton. *Por uma Geografia Nova. Da crítica da Geografia a uma Geografia Crítica*. São Paulo: Hucitec, 1996, 4^a ed. (1^a ed.: 1978).
- SANTOS, Milton. *A natureza do espaço: técnica e tempo, razão e emoção*. São Paulo: Edusp, 2009. 4^a ed. (1^a ed.: Hucitec, 1996).
- SANTOS, Milton; SILVEIRA, María Laura. *O Brasil: território e sociedade no início do século XXI*. Rio de Janeiro: Record, 2001.
- STRAFORINI, Rafael. *Tramas que brilham: sistema de circulação e a produção do território brasileiro no século XVIII*. Tese (doutorado) — Universidade Federal do Rio de Janeiro, Instituto de Geociências, Departamento de Geografia. Rio de Janeiro, 2007.